

ATA DA 109ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às dezoito horas e trinta minutos, em segunda chamada, deu-se o início da 109ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial do Município de Itajaí – CMGDT, na sala de Pregão da Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão - SE-POG, na Prefeitura de Itajaí, situada na Rua Alberto Werner nº 100, Vila Operária, neste Município, onde se fizeram presentes os seguintes conselheiros, representando suas respectivas entidades: o Presidente do CMGDT, Sr. Rodrigo Lamim - representando a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), Mauro Renato Marcelino – Secretaria da Fazenda, Sr. Robson Allan Costa - Secretaria de Segurança, Sr. Gibran Scolari - Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão, Sr. João Leite de Barros (suplente) - FGML, Sr. Álvaro Vanolli (suplente) – Associação dos Moradores do Bairro São João, Sra. Isabel Erpen Rescaroli – Associação dos Moradores de Cabeçadas, Sra. Eluize Cristhina Fonseca Mendes – APROBRAVA, Eduardo Luis Agostini da Silva – SINDUSCON, Sr. Leonardo Ferreira Santos – ACII, Sr. Alexandre Balbino - INTERSINDICAL, Robson Carlos dos Santos – AREA, Sr. Jerônimo Luiz Rauber – CRECI e Sr. Luiz Robério Fernandes Dias – Rotary Club Itajaí, Sra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza. **I – abertura e informes da presidência:** O Presidente agradeceu a presença de todos, e iniciou a reunião dando boas vindas aos antigos e novos conselheiros, justificando o atraso do início das reuniões informando que algumas entidades atrasaram a entrega dos documentos e indicação dos membros, solicitou ainda a compreensão e participação dos membros para participação nas reuniões devido a quantidade de processos e demandas represadas devido ao tempo que em que o conselho levou para ser formado, na sequência informou que o Sr. Claudio Ricardo Junior assumiria a função de secretário do conselho. Foi colocado em pauta ainda o cronograma anual para que as reuniões fossem feitas na primeira terça-feira útil de cada mês, sendo sugerido pelo representante do SINDUSCON o Sr. Eduardo Luis Agostini da Silva que no prazo de 15 dias se realizasse uma nova reunião para deliberação e discussão dos processos pendentes. Colocado em votação permaneceu definido que as reuniões se realizassem na primeira terça-feira útil de cada mês, de forma que as extraordinárias serão agendadas conforma a necessidade e demanda. O secretário informou ainda que a eleição do vice presidente do conselho seria adiada para a próxima reunião, devido ao número reduzido de conselheiros presentes, solicitando ainda ao secretário que comunique as entidades que indiquem os membros que tenham interesse na vice-presidência. **II – aprovação da pauta:** O Presidente apresentou a pauta que foi enviada previamente a todos os conselheiros na convocação e foi aberto para sugestões, e devido ao número de presentes a eleição do vice-presidente foi adiada para próxima reunião, desta forma procurando um número maior de participantes e interessados, o presidente solicitou ao secretário que entrasse em contato com as entidades para que as mesmas demonstrem se tem interesse ou não na vice-presidência do conselho, desta forma foi deliberado por unanimidade a retirada desse item da pauta, foi informado ainda o método utilizado para deliberação em bloco onde os processos foram separados conforme o tipo de utilização e atividades afins, foi informado ainda que alguns processos pautados não seriam votados por se tratarem de consultas prévias sem a especificação para deliberação por parte do conselho, sendo estas adiadas para as futuras reuniões, sendo a pauta colocada em votação foi aprovada por unanimidade, restando ainda o esclarecimento do presidente quanto ao elaboração do plano diretor. **III- Apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta:** dando sequência o presidente iniciou a apresentação dos assuntos pautados, iniciando pelas solicitações conforme **os protocolos 2446/2018 e 3740/2018**, para emissão de alvará de funcionamento de atividades ligadas à saúde e à assistência social, Educação Infantil creche e pré escola, Considerando que os locais, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), são considerados ZU2 e ZU3 – Zona Urbana e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “a”, inciso VII do Art. 60, cabendo a anuência do CMGDT; apresentada a localização dos

ATA DA 109ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

54 imóveis e aberta a discussão, foram colocados em votação e aprovados por maioria com
55 a abstenção da Associação de Moradores do São João e do Rotary Clube Itajaí, infor-
56 mando os mesmos que não aprovariam os processos alegando o desconhecimento ao
57 regimentos interno do conselho e sobre a formação do processo. Dando sequência, com
58 a análise da solicitação conforme **os protocolos 11852/2016, 12913/2017, 3400/2018,**
59 **7551/2018 e 1369/2018**, para permissão de alvará de funcionamento de atividades de
60 lazer e cultura, templo religioso e alvará de construção, considerando que os locais, se-
61 gundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº
62 215/2012), são ZC2, ZU 3, ZU 4 e CCS1, e que o uso pretendido se encaixa em CSE –
63 Comércio e Serviço Específico, conforme alínea “b”, inciso VII do Art. 60), cabendo a a-
64 nuência do CMGDT; apresentada a localização dos imóveis e aberta a discussão foi re-
65 comendado para que o processo 2342/2018 tenha sua frente reservada a estacionamento
66 para pessoas com deficiência e idosos facilitando o acesso ao imóvel, foi colocado em
67 votação e aprovada pela maioria com abstenção da Associação de Moradores do São
68 João e do Rotary Clube Itajaí. Na sequência foram apresentadas as solicitações confor-
69 me **os protocolos 11173/2017, 13993/2017 e 1024/2018**, para permissão de emissão
70 de alvará de funcionamento de atividades de lazer e cultura, Casa de Festas, Beach
71 Club, Discotecas, Danceterias e similares, considerando que os locais, segundo o Cód-
72 igo de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), são
73 ZU2, ZU4 e ZC2, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviço Es-
74 pecífico, conforme alínea “b”, inciso VII do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT; a-
75 presentada a localização dos imóveis e aberta a discussão foi informado pelo membro
76 Robson Carlos dos Santos que o proprietário do imóvel referente ao protocolo
77 13993/2017, estava presente, tendo o presidente colocado em votação o direito a voz
78 sendo aprovado por unanimidade, o senhor Adilson Vitti informou que o estabelecimento
79 possui aproximadamente 30 (trinta) vagas de estacionamento e capacidade para atender
80 em torno de 200 (duzentas) pessoas, foram então colocados em votação sendo aprova-
81 dos maioria, com abstenção da Associação de Moradores do São João e do Rotary Clu-
82 be Itajaí. Dando sequência foi apresentada a solicitação conforme o **protocolo**
83 **15674/2016**, requerido por Embramel – Auto Peças e Serviços LTDA, CNPJ.
84 77.891.315/0001-09, para a ampliação de Centro Comercial na Avenida Irineu Bornhau-
85 sen nº 1070, Bairro São João. Considerando que o terreno faz frente para o Corredor de
86 Comércio e Serviços 02 – CCS2, enquadrando-se como uso permissível conforme anexo
87 IV tabela “C” da Lei Complementar nº 215/2012, cabendo a anuência do CMGDT, apre-
88 sentada a localização e aberta a discussão o membro representante do SINDUSCON o
89 Sr. Eduardo Luis Agostini da Silva solicitou o uso da palavra para esclarecer que se tra-
90 tava de uma ampliação do referido imóvel para um melhor aproveitamento da área, rea-
91 dequação a nova legislação, rebaixamentos de calçadas entre outras alterações, informou
92 ainda que fez parte da concepção do projeto e da obra, foi colocado em votação sendo
93 aprovado por maioria, com abstenção da Associação de Moradores do São João e do
94 representante do SINDUSCON. Dando continuidade foi apresentada a solicitação con-
95 forme o **protocolo 3359/2018**, requerido por Fenix Comercio de Moda LTDA, CNPJ
96 08.793.314/0002-81, com endereço na Rua José Pereira Liberato, 1267, São João, para
97 funcionamento de atividade comercial. Considerando que o local onde se pretende insta-
98 lar a atividade comercial, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do
99 Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU2 - Zona Urbana. Considerando que o
100 terreno faz frente para o Corredor de Comércio e Serviços 02 – CCS2, enquadrando-se
101 como uso permissível conforme anexo IV tabela “C” da Lei Complementar nº 215/2012,
102 cabendo a anuência do CMGDT, apresentada a localização e aberta a discussão, não
103 havendo questionamentos foi colocado em votação, sendo aprovado por maioria, tendo
104 abstenção da Associação de Moradores do São João e do Rotary Clube Itajaí. Na se-
105 quência foi analisada a solicitação conforme o **protocolo 6196/2018** requerida por R.
106 Rodrigues Importações, Comercio de Produtos de Informatica EIRELI – ME, CNPJ

ATA DA 109ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

25.362.331/0001-00, com endereço na Rua Jose Pereira Liberato, 1710, São João, para funcionamento de edificação comercial, Considerando que o local onde se pretende instalar a atividade comercial, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU2 - Zona Urbana, Considerando que o terreno faz frente para o Corredor de Comércio e Serviços 02 – CCS2, enquadrando-se como uso permissível conforme anexo IV tabela “C” da Lei Complementar nº 215/2012, cabendo a anuência do CMGDT, apresentada a localização e aberta a discussão, não havendo questionamentos foi colocado em votação, sendo aprovado por maioria, tendo abstenção da Associação de Moradores do São João e do Rotary Clube Itajaí. Dando prosseguimento foi analisado a solicitação conforme **protocolo 2979/2018** requerida por Danielle Aparecida Sukow Ulrich, CNPJ 28.916.473/0001-52, com endereço na Rodovia Osvaldo Reis, 2979, Balneário Santa Clara, para funcionamento de edificação comercial, Considerando que o local onde se pretende instalar a atividade comercial, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU2 - Zona Urbana, Considerando que o terreno faz frente para o Corredor de Comércio e Serviços 02 – CCS2, enquadrando-se como uso permissível conforme anexo IV tabela “C” da Lei Complementar nº 215/2012, cabendo a anuência do CMGDT, apresentada a localização e aberta a discussão, não havendo questionamentos foi colocado em votação, sendo aprovado por maioria, tendo abstenção da Associação de Moradores do São João e do Rotary Clube Itajaí. Seguindo com as apresentações foi analisado o **processo 867/2018** requerido por DE Macedo Balaio e Consultoria LTDA, CNPJ 95.807.137/0001-69, para emissão de alvará de instalação de indústria, na Rua Duque de Caxias, 313 – Vila Operária; Considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU2 – Zona Urbana, e que o uso pretendido se encaixa em I2 – Indústria de Médio Impacto, conforme alínea “b”, inciso IV do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, apresentada a localização e aberta a discussão, não havendo questionamentos foi colocado em votação, sendo aprovado por maioria, tendo abstenção da Associação de Moradores do São João e do Rotary Clube Itajaí. Dando sequência foi analisada a solicitação conforme o **protocolo 2908/2018**, requerido por Só Brindes Gráfica LTDA, CNPJ 80.667.819/0001-46, para emissão de alvará de instalação de indústria, na Rua Antonio Ayres dos Santos, 64 – São Vicente, Considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU3 – Zona Urbana, e que o uso pretendido se encaixa em CS1,2 – Comércio e Serviços Vicinais, conforme alínea “a”, inciso III do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, apresentada a localização e aberta a discussão, não havendo questionamentos foi colocado em votação, sendo aprovado por maioria, tendo abstenção da Associação de Moradores do São João e do Rotary Clube Itajaí. Prosseguindo com a análise, foi apresentado o **processo 4482/2018**, requerido por Carolina Deolindo, CPF 108.959.049-00, para emissão de alvará de instalação de indústria, na Rua Bruno Vicente da Luz, 11 – Espinheiros, Considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZU4 – Zona Urbana, e que o uso pretendido se encaixa em I2 – Indústria de Médio Impacto, conforme alínea “b”, inciso IV do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, apresentada a localização e aberta a discussão, não havendo questionamentos foi colocado em votação, sendo aprovado por maioria, tendo abstenção da Associação de Moradores do São João e do Rotary Clube Itajaí. Dando continuidade foi analisado o **processo 4314/2018**, requerido por Monica Djeani Pereira, CPF 043.433.729-36, para emissão de alvará de instalação de indústria, na Rua Nivaldo Detoie, 83 – Ressacada, Considerando que o local, segundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZR3 – Zona Residencial, e que o uso pretendido se encaixa em I2 – Indústria de Médio Impacto, conforme alínea “b”, inciso IV do Art. 60), cabendo a anuência do CMGDT, apresentada a localização e aberta a discussão, não havendo questionamentos foi colo-

ATA DA 109ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMGDT

160 cado em votação, sendo aprovado por maioria, tendo abstenção da Associação de Mo-
161 radores do São João e do Rotary Clube Itajaí. Dando sequência foi analisado o **proces-**
162 **so 13963/2017**, requerida por Transpiedade Transportes, CNPJ 13.114.396/0001-40,
163 com endereço na Rua Felipe Reiser, 439, São João, para implantação de garagem para
164 ônibus, Considerando que o local onde se pretende implantar o empreendimento, se-
165 gundo o Código de Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº
166 215/2012), é uma ZU2 – Zona Urbana, e que o uso pretendido se encaixa em CS3 –
167 Comércio e Serviços Setoriais, conforme, alínea “c”, inciso III do Art. 60; cabendo a anu-
168 ência do CMGDT, apresentada a localização e aberta a discussão, não havendo questi-
169 onamentos foi colocado em votação, sendo aprovado por maioria, tendo abstenção da
170 Associação de Moradores do São João. Na sequência foi analisado o **processo**
171 **2647/2018** requerida por Imobiliária Itamirim, CNPJ 76.818.400/0001-70, com endereço
172 na Rua das Cerejeiras, 26, Ressacada, para implantação de um hospital, Considerando
173 que o local onde se pretende implantar o empreendimento, segundo o Código de Zone-
174 amento, Parcelamento e Uso do Solo (Lei Complementar nº 215/2012), é uma ZR3 –
175 Zona Residencial, e que o uso pretendido se encaixa em CSE – Comércio e Serviços
176 Específicos, conforme, inciso VII do Art. 60; cabendo a anuência do CMGDT, apresen-
177 ta a localização e aberta a discussão, não havendo questionamentos foi colocado em
178 votação, sendo aprovado por maioria, tendo abstenção da Associação de Moradores do
179 São João. Na sequência foi analisado o **processo 1230129/2015**, requerido por Macon
180 Empreendimentos Imobiliários LTDA, CNPJ 11.437.473/0001-77, que solicita a outorga
181 onerosa do direito de construir. Considerando a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de
182 2001 e o art. 114 da Lei Complementar Municipal nº 94, de 22 de dezembro de 2006 ca-
183 bendo a anuência do CMGDT, apresentada a localização e aberta a discussão, não ha-
184 vendo questionamentos foi colocado em votação, sendo aprovado por maioria, tendo a
185 abstenção do representante do Rotary Clube Itajaí e voto contrário da Associação de
186 Moradores do São João, justificando ainda que o voto é da entidade a qual representa e
187 não exclusivamente sua opinião pessoal, de forma que a entidade ora representada é
188 contraria a qualquer processo que trate de outorga onerosa. Dando continuidade foi ana-
189 lisado o **processo 5838/2016**, requerido por D6 Empreendimentos LTDA - ME, CNPJ
190 12.728.922/0001-07, que solicita a outorga onerosa do direito de construir, Considerando
191 a Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e o art. 114 da Lei Complementar
192 Municipal nº 94, de 22 de dezembro de 2006 cabendo a anuência do CMGDT, apresen-
193 tada a localização e aberta a discussão, não havendo questionamentos foi colocado em
194 votação, sendo aprovado por maioria, tendo a abstenção do representante do Rotary
195 Clube Itajaí e voto contrário da Associação de Moradores do São João justificando ainda
196 que o voto é da entidade a qual representa e não exclusivamente sua opinião pessoal,
197 de forma que a entidade ora representada é contraria a qualquer processo que trate de
198 outorga onerosa. **IV – apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião:**
199 Como deliberado no início da reunião foi lembrado pelo presidente que a candidatura
200 dos membros para a vice-presidência fica aberta a eleição do vice-presidente e dos pro-
201 cessos de consulta previa que foram retiradas da votação nesta reunião. **V – manifesta-**
202 **ções gerais:** Os conselheiros solicitaram uma previa da pauta dos processos para que
203 possam ter tempo de se interar dos assuntos a serem votados. **VI – encerramento:** Na-
204 da mais tendo a relatar, a reunião foi encerrada às 20h38min (vinte horas e trinta e oito
205 minutos), da qual se fez lavrar a presente ata lavrada por mim, Claudio Ricardo Junior,
206 secretário, que vai assinada, pelo Presidente do Conselho Municipal de Gestão e De-
207 senvolvimento Territorial, Rodrigo Lamim, e pelos demais conselheiros que assim dese-
208 jarem. **Itajaí/SC, 25/04/2018.** _____(secretário)
209 _____(Presidente).